

ACORDO JUDICIAL

Ação Civil Pública nº 5006229-85.2023.8.24.0018

PA n. 09.2023.00001840-0

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado **FLÁVIO RUTZEN**, brasileiro, portador do RG nº 1.943.683, inscrito no CPF nº 947.288.959-04, com residência na Rua Vivaldino Hefel, nº 14, Centro, Município de Riqueza, telefone (49) 9102-0033; doravante denominado *compromissário* o;

CONSIDERANDO que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o princípio reitor do direito ambiental é o da preservação, como se lê do art. 225 da Constituição da República, que impõe ao Poder Público a obrigação de "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas" e "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies";

CONSIDERANDO que as áreas de preservação permanente, cobertas ou não por vegetação nativa, têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (artigo 3º da lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO que a Lei 12.651/12 autoriza a intervenção em área de preservação permanente apenas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente licenciada pelo órgão ambiental responsável (§2º do art. 8º);

CONSIDERANDO que através do ICP 06.2021.00003701-1, apurou-se que Flávio Rutzen interviu, sem autorização dos órgãos competentes, em área de preservação permanente, mediante a construção de muro de alvenaria com 140 m de extensão, poço artesiano e 2 canis, no imóvel de sua propriedade, registrado sob a matrícula imobiliária nº 81.038, localizado na Linha Trajano, interior de Chapecó;

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 5006229-85.2023.8.24.0018, em tramitação na 2ª Vara da Fazenda Pública de Chapecó, tem o compromissário como réu pela intervenção em área de preservação permanente sem autorização dos órgãos competentes;

CONSIDERANDO que o objetivo da ACP é obter provimento jurisdicional que determine ao demandado a demolição das construções clandestinas realizadas sobre a APP (muro de alvenaria com 140 metros de extensão, poço artesiano e dois canis) e a suspensão do uso da área, incluindo a suspensão do uso de poço artesiano irregularmente construído na APP;

CONSIDERANDO que Flávio Rutzen manifestou interesse em formalizar acordo extrajudicial para encerrar a ação judicial em andamento;

CONSIDERANDO que, conforme discussão durante a apresentação do TAC, aplica-se a lei vigente por ocasião dos fatos e do licenciamento ambiental, de modo que, havendo alteração legislativa quanto à disciplina da área de preservação permanente, a alteração deverá ser

respeitada por ocasião de novo licenciamento;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante os seguintes termos:

DO OBJETO

Cláusula 1ª - O presente compromisso de ajustamento de conduta tem como objeto a intervenção em área de preservação permanente, realizada sem autorização ambiental, no imóvel de matrícula imobiliária nº 81.038, localizado na Linha Trajano, interior de Chapecó;

Parágrafo primeiro - O objetivo deste compromisso é a recuperação da área degradada com a demolição do muro de alvenaria de 140 m de extensão, dos dois canis, e do poço artesiano, com a completa remoção e adequada destinação dos entulhos.

Parágrafo segundo – O poço artesiano só será retirado do local em que hoje consta caso, no prazo de 12 meses a contar da data da assinatura do presente, não obtenha o compromissário a outorga para uso do recurso hídrico.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula 2ª - O compromissário comprovará ao Ministério Público a demolição das edificações clandestinas existentes na área de preservação permanente correspondente à faixa de 30 m do curso hídrico, no prazo de 60 dias;

Parágrafo primeiro - O compromissário compromete-se a,

no mesmo prazo, comprovar a correta destinação dos entulhos provenientes da demolição e a instalação de galharias e plantio de 30 mudas de espécies pioneiras;

Cláusula 3ª - O compromissário compromete-se a instalar cerca delimitadora em toda a extensão da área de preservação permanente do seu imóvel (30 m a contar da borda do curso hídrico);

Parágrafo único. A cerca pode ser simples, com mourões de eucalipto e arames lisos na parte inferior, para permitir o trânsito de animais silvestres;

Cláusula 4ª - O compromissário comprovará ao Ministério Público a averbação deste acordo na matrícula do imóvel nº 81.038, no prazo de 60 dias;

Cláusula 5ª - O compromissário assume a obrigação de não realizar novas intervenções na área em questão sem a devida autorização dos órgãos ambientais competentes.

Cláusula 6ª - A título de compensação pelos danos ambientais causados, o compromissário comprovará ao Ministério Público o pagamento de R\$ 10.000,00 em favor do Fundo Municipal de Reconstituição de Bens Lesados¹, no prazo de 60 dias.

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 7ª - Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, o compromissário ficará sujeito a multa diária de R\$ 200,00, ou multa de R\$ 50.000,00 por ocorrência, a critério

¹ Conta Banco do Brasil nº 87.880-4, Agência 0321-2, CNPJ 83.021.808/0001-82, em nome do Município de Chapecó.

do Ministério Público;

Parágrafo primeiro - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

Parágrafo segundo - O pagamento de eventual multa não exime o compromissário do cumprimento das obrigações contraídas;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 8ª - O Ministério Público apresentará esse acordo ao Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública de Chapecó (autos n. 5006229-85.2023.8.24.0018), requerendo a homologação e a extinção em relação aos requeridos Manfred e Marlon Rutzen;

Cláusula 9ª - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o compromisso de ajustamento de condutas em duas vias, com igual eficácia de título executivo extrajudicial.

Chapecó, 18 de maio de 2023

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Flávio Rutzen
Compromissário

Vanessa Dalla Lana
OAB/SC 38.920